

Estudo de Caso

O repertório de resistência contra o deslocamento compulsório da comunidade de Casa Nova, Minas Gerais, Brasil

“Nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos”
(Papa Francisco, Ciudad del Vaticano).

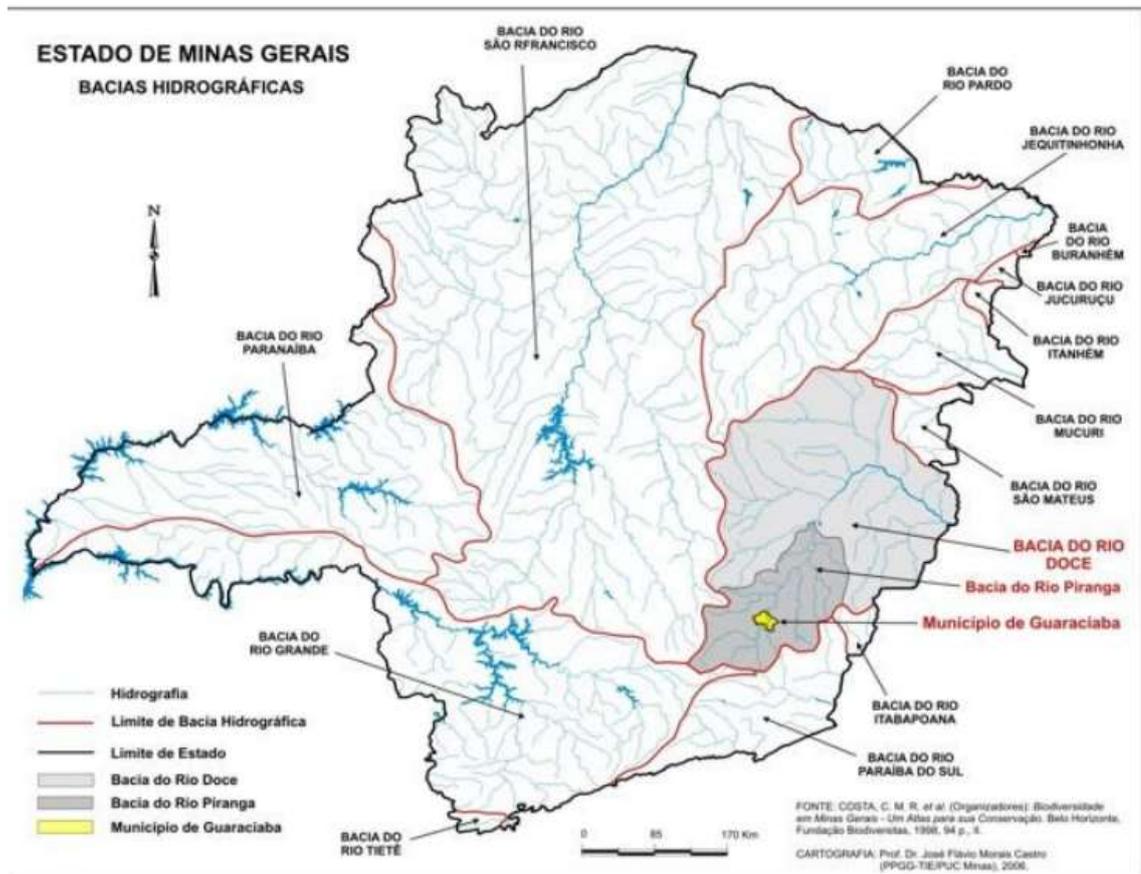


Comunidade de Casa Nova se preparando para uma intervenção.

Foto: acervo do Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens.

Informação georreferencial

O município de Guaraciaba, ao qual a comunidade rural de Casa Nova faz parte, está localizado na Zona da Mata Mineira, Minas Gerais, Brasil. O município faz divisa com os municípios de Acaiaca e Diogo Vasconcelos ao norte, com o município de Ipiranga a oeste, com os municípios de Viçosa e Porto Firme ao sul e com os municípios de Teixeiras e Ponte Nova a leste. Está localizado a 214 km de Belo Horizonte, capital do estado.



Mapa do município de Guaraciaba tendo em vista o estado de Minas Gerais e seus recursos hídricos.

Fonte: Castro (2010).

A região começou a ser ocupada no início do século XVII em decorrência das expedições que buscavam pedras preciosas em Ouro Preto e Mariana. Portanto, às margens do rio Piranga se estabeleceram os primeiros povoados, sobretudo em sua confluência com o rio Bacalhau. “Pelos fins do século XVII, alguns faiscadores, oriundos de Ouro Preto e Mariana, vieram ter ao rio hoje denominado ‘Bacalhau’, iniciando-se, com isto, o desbravamento da região em que se localiza o município de Guaraciaba” (IBGE, 1959, p. 175).

Além disso, no que corresponde a sua topografia, 65% do seu território é montanhoso, 30% ondulado e apenas 5% é plano, conforme informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Quanto aos dados de sua população o Instituto aponta para 2.749 (26,8%) habitantes no meio urbano e 7.514 (73,2%) habitante no meio rural, totalizando 10.263 habitantes.

O Rio Piranga, que margeia a comunidade de Casa Nova e que seria palco da construção de diversas barragens, faz divisa entre os municípios de Guaraciaba e Ponte Nova. Este é um dos principais rios da região da Zona da Mata Mineira que quando encontra com o rio Carmo, forma o Rio Doce. Suas águas desembocam no litoral do Espírito Santo, depois da cidade de Linhares. A região onde está inserida a comunidade de Casa Nova possui matas nativas, contudo, boa parte é destinada as pastagens de gado leiteiro, restando apenas pequenas pastagens de topo.

O acesso a comunidade de Casa Nova se dá apenas por estradas de terra sendo três possibilidades: uma primeira que liga Guaraciaba ao povoado do Córrego São Joaquim, depois mais 2 km até Casa Nova; A segunda opção é pela estrada MG 262, entre Ponte Nova e Mariana, passando pelas comunidades do Palmeira de Fora e Mata Cães no município de Acaiaca e depois Canta Galo e Laranjeiras no município de Guaraciaba; por fim, a menos provável, que vai de Ponte Nova a comunidade de Três Rios, do outro lado do Rio Piranga (MEDEIROS, 2002).

Coordenadas geográficas: 20° 30' S, 43° 00' W.

Classificação do caso

O presente trabalho é fruto da dissertação de mestrado intitulada “O Repertório de Ação Coletiva dos atingidos envolvidos nos conflitos com hidrelétricas na Zona da Mata Mineira, na passagem do século XX para o XXI” e teve como objetivo demonstrar o processo de resistência da comunidade rural de Casa Nova contra o deslocamento compulsório que ocorreria com a construção da Usina Hidrelétrica de Energia (UHE) Pilar. A comunidade de Casa Nova está localizada na Zona Rural do Município de Guaraciaba – MG, Brasil. Tem como principal atividade econômica a agricultura familiar e a pesca ao longo do Rio Piranga.

O projeto de resistência de Casa Nova ficou conhecido como um dos raros casos de vitória de uma comunidade rural sobre um grande empreendimento hidrelétrico. Colocou em voga um intenso processo de luta pela permanência na terra e pela garantia de reprodução socioeconômica das comunidades envolvidas. A região passou, entre 1995 a 2010, por diversas intervenções de consórcios de empresas privadas que intentavam a construção de barragens ao longo do Rio Piranga. A primeira barragem que seria intitulada UHE Pilar buscava em 1995 a primeira Licença para sua implantação. Na mesma época o consórcio formado pelas empresas Fiat e Alcan obtiveram a concessão e realizaram o levantamento de dados para elaboração dos estudos e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

O projeto UHE Pilar seria uma barragem com a altura descomunal de 67 metros que poderia deslocar compulsoriamente 133 famílias, a maioria de pequenos agricultores dentro do município de Guaraciaba - MG. Ademais, as oscilações diárias do nível da água do Rio Piranga afetaria diretamente a cidade de Ponte Nova – MG, criando diversos problemas sociais e ambientais para às famílias a jusante da barragem. Nessa mesma época, pela iniciativa de lideranças comunitárias, grupos de assessores da Igreja Católica e da Universidade Federal de Viçosa (UFV) a comunidade começou a receber as primeiras informações sobre os impactos sociais e ambientais que a barragem traria para o lugar. Este processo resultou na criação da associação dos atingidos (ACMAP) que foi uma das principais entidades de representação dos atingidos frente a empresa e aos órgãos governamentais. Após o indeferimento do projeto em agosto de 1998 a Associação continuou atuando na organização popular junto às comunidades ameaçadas.



Reunião da ACMAP para discutir estratégias contra o empreendimento

Fonte: Medeiros (2002).

Em 2003, no entanto, técnicos da empresa Alcan retornaram a localidade pretendendo novos estudos a margens do Rio Piranga. A mudança se daria no eixo da barragem, isto é, o barramento estava projetado a montante da UHE Pilar. O novo projeto, agora denominado de UHE Jurumirim, afetaria outras comunidades na região e no caso de Casa Nova haveria um impacto indireto. Este fato fez com que mais uma vez mediadores externos e a comunidade se juntassem contra o projeto de implantação da UHE. Ainda no final de 2003 ocorreu uma ocupação do canteiro de obras que ficou conhecida como a “ocupação dos 43 dias”. Após muita negociação, episódios de manifestação e inclusive com a presença da polícia a empresa desistiu e ocorreu mais uma vez vitória parcial da comunidade.

Em 2007 a Empresa retorna ao local para realizar novos estudos para a construção de barragens nas proximidades de Casa Nova. Em contraposição a comunidade se mobilizou mais uma vez em conjunto com mediadores externos em uma ocupação que durou 33 dias. Todavia, desta vez, a justiça determinou a desocupação para que a empresa pudesse concluir os estudos físico-ambientais. Posteriormente no ano de 2008 a Empresa – agora com o nome de Novelis - apresentou junto aos órgãos ambientais novos estudos e relatório de impacto ambiental de três projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) para o mesmo trecho do Rio Piranga, evocando mais uma vez processos de resistências na região e a derrota parcial do empreendedor, sendo esta a última investida da empresa até então (DELESPOSTE e MAGNO, 2013).

De um modo geral, o aspecto da resistência - e por consequência, da Ação Coletiva - é fruto de conflitos onde as relações entre opositores são demarcadas por uma forte assimetria de poder. Esta assimetria, por sua vez, tem forte influência sobre as possibilidades e escolhas de

Repertórios por parte daqueles que resistem. Portanto, a pergunta que se colocou foi: quais foram às práticas de resistência que proporcionaram um conjunto de vitórias parciais da comunidade de Casa Nova sobre o empreendedor? A princípio as alianças formadas entre comunidade, Igreja Católica, Ongs e extensionistas da UFV ampliou substancialmente o Repertório de Ação coletiva contra o empreendedor. Para além das ações de resistência *in loco* (tais como acampamentos, caminhadas, etc.) um conjunto de práticas de cunho técnico-científico e de educação-informação deram maior poder de confronto para a comunidade de Casa Nova.

Cabe destacar, portanto, que a comunidade de Casa Nova se constitui em sua maior parte por agricultores familiares, ou seja, pequenos agricultores que possuem mão de obra essencialmente familiar em contraste com a agricultura patronal extremamente mecanizada e exportadora. Dessa forma, a relação que estes agricultores possuem com a terra se configura em uma produção diversificada, em pequena escala e em sua maior parte para consumo próprio, havendo ou não comercialização dos excedentes. Além disso, em termos de acesso a política pública para ser considerado agricultor familiar é preciso que a propriedade tenha no máximo até 4 módulos fiscais que pode variar entre 5 e 110 hectares de terra a depender da região.

Características Demográficas E Culturais Da População Envolvida

No geral as famílias em Casa Nova são compostas por pai, mãe, filhos e em alguns poucos casos algum outro parente, tal como avós, tio, primo, etc. Diferentemente de muitos lugares no Brasil as casas são espaçadas não configurando em uma vila. Quando se nota casas próximas é devido, geralmente, ao desdobramento familiar, ou seja, filhos que se casaram e passaram a morar no terreno da família. No entanto, é possível perceber que o espaçamento entre as casas não impedem que haja uma convivência coletiva entre as famílias, sobretudo, no que refere aos rituais e festas que envolvem a Igreja Católica, a citar: os grupos de oração, novenas e as missas. No geral, em termos de reprodução social, os homens e filhos mais velhos passam o dia na lavoura enquanto as mulheres cuidam dos afazeres domésticos e no entorno das casas tal como comumente encontrado no meio rural brasileiro.

O almoço é servido no máximo até às 10 horas da manhã e cabe às mulheres ou filhas levar o almoço para os homens na roça. Às 16 horas os homens que estão no trabalho agrícola voltam para casa e realizam atividades de manutenção da propriedade como recuperação das cercas, trato dos animais, poda de árvores, etc. A partir das 17 horas é comum os jovens do sexo masculino irem para o campo de futebol ou banhar no Rio Piranga no verão, que também é utilizado para pescar.

No campinho tem jogo quase todos os dias, sabe? Aí nois tinha muito medo, porque a barragem ia acabar com a brincadeira dos jovens, né? Todo mundo temia isso (MAT, moradora da comunidade de Casa Nova).

O Rio aqui pra nois é vida. É benção de Deus! Criação de Deus mesmo. Aí vem o homem e quer acabar com ele? Não consigo nem pensar nisso... (JP, morador da comunidade de Casa Nova).

Sim, nois pesca e banha. Eu mesmo não vivo do peixe não, mas é um direito nosso. Sempre que quero comer um peixinho vou lá e pego. É uma beleza (ME, moradora da comunidade de Casa Nova).

Ia fazer igual naquela barragem lá né? Não ia sobrar nada do nosso Rio. É só destruição que eles querem trazer pra cá. Misericórdia (CAS, moradora da comunidade de Casa Nova).

As comunidades costumam se encontrar para alguma atividade religiosa durante a semana ou nos dois bares presentes na comunidade, distante dois quilômetros um do outro. O primeiro bar próximo a escola possui uma mesa de sinuca. No outro, próximo a estrada que leva a cidade de Guaraciaba há mesas para jogos de cartas, frequentado geralmente pelos homens. De acordo com Medeiros (2002, p. 36), a principal religião praticada pela comunidade é a Católica (97,2%) e o restante das famílias se denominam evangélicos. As atividades religiosas que tem a maior participação das famílias é a missa no final de semana, a reza durante a semana a noite, o culto e o dízimo, respectivamente. Cabe destacar que a reza nessas comunidades rurais é um ritual antigo “[...] eles se reúnem para rezar o terço, ou realizar alguma novena em homenagem a algum santo; não precisa da presença de um padre, é conduzida por uma liderança local, na maioria das vezes uma mulher”.



Oratório que se encontra dentro da sede da fazenda Casa Nova.

Fonte: Medeiros (2002).

Para finalizar, alguns dados são importantes para entender a configuração socioeconômica da comunidade:

- ✓ O índice de escolaridade dos pais, no geral, é baixo: 63% são analfabetos funcionais, ao passo que 30% são analfabetos. Em contraposição, apenas 2% dos filhos são analfabetos.
- ✓ Os principais cultivos da comunidade são: feijão, milho, arroz, café e cana-de-açúcar. Ressalta-se que menos de 30% da produção é comercializada, configurando em uma produção de subsistência típico das comunidades ribeirinhas.
- ✓ A fonte de renda da maior parte das famílias (55,6%) é proveniente das atividades agrícolas, sendo que para 25% das famílias a renda é complementada pela aposentadoria. E 14% das famílias vivem apenas da aposentadoria.
- ✓ No que concerne aos espaços de socialização cerca de 55,6% dos entrevistados participam de alguma atividade da Igreja ou da Associação de Atingidos. Ou seja, a ameaça da barragem inseriu, de forma forçada, um novo espaço de socialização que até então não existia na comunidade.

História da demanda e estratégia de acesso

É importante destacar inicialmente que não é possível compreender o processo de resistência em Casa Nova sem compreender a rede de resistência que se formou na Zona da Mata Mineira contra um conjunto de empreendimentos que ameaçava as comunidades ribeirinhas na época.

Em um documento com vistas a obtenção do Prêmio Direitos Humano da Universidade de São Paulo (USP), organizada pelo então Deputado Federal em 2004, César Medeiros, Padre Claret, aspirante ao título, retrata em suma como se deu o processo de formação de uma rede de resistência contra barragens na Zona da Mata Mineira e no Alto Rio Doce. Inicialmente não existia ainda o MAB na região. As primeiras movimentações se deram com o encontro entre o Padre Claret e o professor Franklin Daniel Rothman, da Universidade Federal de Viçosa, por volta de 1995. O professor Franklin, recém-chegado de uma pesquisa no sul do Brasil com atingidos por barragens deu início, juntamente com outros militantes, ao Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (Nacab). O Nacab, por sua vez, contava com o apoio de um membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Padre Gilson, da paróquia de São Sebastião, Ponte Nova, Minas Gerais. Padre Claret destaca dois grandes embates que foram responsáveis para a consolidação da rede de resistência: o projeto da barragem de Pilar, consórcio entre a FIAT e ALCAN e a barragem de Emboque, de responsabilidade da Companhia Força e Luz Cataguases Leopoldina.

O projeto Pilar, que teria sua implantação no Rio Piranga atingiria mais de 300 famílias, sobretudo agricultores familiares dos municípios de Guaraciaba e Ponte Nova, Minas Gerais. Contudo, a luta e resistência por mais de cinco anos das comunidades impediram a concretização deste projeto em 1999. Quanto ao processo de resistência contra a barragem de Emboque, num

primeiro momento, a organização não foi tão profícua com potencial de barrar as obras, não obstante, muitas das condicionantes que não foram cumpridas na época, mas que foram cumpridas posteriormente se deu pela organização e persistência do povo.

Nesse sentido, nos primeiros anos de resistência contra projetos hidrelétricos na Zona da Mata Mineira foi possível verificar diversas estratégias de ação coletiva. Como os movimentos se organizam e quais as possibilidades estruturais de atuação são elementos importantes para entender o histórico de resistência. No Brasil, existe um histórico quanto às estratégias de resistências utilizadas e de certo modo elas se convergem entre os movimentos sociais, seja em lutas na cidade ou no campo. Parecem existir metodologias e discursos comuns adaptadas aos contextos locais, mas quase sempre enviesadas por padrões de esquerda que orientam as ações políticas e culturais dos movimentos. Não é raro, portanto, que os movimentos sociais se pautem em predisposições teóricas e metodológicas comuns de autores como Karl Max, Paulo Freire, Antonio Gramsci, entre tantos outros, evidenciando dessa forma uma orientação política dos participantes. Existe então nesse sentido um grande embate entre a Igreja Católica tradicional e os movimentos sociais, já que a primeira é contrária aos pressupostos socialistas e revolucionários - que diversos destes autores compactuam -, sobretudo se utilizar de algum tipo de enfrentamento violento ou que possa estimular a violência em qualquer outro aspecto.

O próprio Dom Luciano em uma entrevista concedida a pesquisadores da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Minas Gerais, retratou alguns aspectos relativos às prioridades no processo de resistência, ressaltando, concomitantemente a necessidade de se criar espaços de diálogos entre a comunidade e representantes do empreendedor, incluindo, além disso, autoridades do Estado.

Três soluções apresentaram-se: a primeira é organizar o povo para que eles tenham condições de expressarem suas expectativas e essas organizações podem ser induzidas por um grupo, induzida por outro, até que houvesse uma consolidação, um fortalecimento das iniciativas propriamente populares passados alguns anos. [...] A segunda saída é realmente o diálogo com as entidades que promovem a construção de barragens. Esse diálogo nem sempre foi fácil, porque havia assessores que visitavam as famílias oferecendo indenizações, uma ou outra aceitava, outras não aceitavam; resultado: foi se criando uma espécie de confronto de fazer acontecer a barragem e a defesa dos direitos dos atingidos por barragens. Então, essa solução, embora viável, ela foi de difícil condução. E a terceira era o recurso à autoridade governamental nas suas diversas instâncias para arbitrar essa organização dos atingidos [Entrevista com Dom Luciano] (SILVEIRA, OLIVEIRA e FERREIRA, 2006, p.22-23).

Pensar o diálogo com o empreendedor nas organizações de base é algo inaceitável, tratado até mesmo como traição. Movimentos não se comunicam com empreendedor e isso é uma palavra de ordem. Assim, o movimento de base se orientará por vezes de forma contrária às sugestões do alto escalão da Igreja Católica, mesmo que esta simpatize com o movimento progressista, adepto ou não da Teologia da Libertação¹. Isto é, estão, em verdade, convergentes

¹ “[...] movimento religioso muito vinculado às lutas populares e que buscou, nas análises socialistas, especialmente no marxismo, o escopo material para as suas análises sociais e econômicas. Esse movimento ganhou força nas

com os objetos da ação que é a defesa dos direitos humanos, se divergem, porém, na forma como alcançá-los.

O processo de construção de grandes empreendimentos, desde a fase de planejamento até o cumprimento das condicionantes – pós funcionamento do projeto – junto às comunidades requer um conhecimento técnico muito grande, sobretudo no que concerne aos processos negociáveis ao longo de todo o conflito. O problema é que comunidades rurais, as quais seus moradores possuem baixos níveis de escolaridade, incluindo muitos que mal sabem assinar o próprio nome, tem sofrido sobremaneira por não possuir o métier científico necessário para lidar com as situações ao longo do conflito. Nesse contexto, a Igreja em aliança com outras organizações, como grupos universitários e ONGs, tem feito um papel importante neste campo de atuação. Configura-se então em um dos pontos de ação que tem dado alguns resultados satisfatórios, mesmo diante de uma grande assimetria de recursos tendo em vista o capital científico do empreendedor.

Documentos técnicos, tais como os Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) e os Relatório de Impacto Ambiental (RIMAs), instrumentos de difícil decodificação, são necessários para obtenção da Licença Prévia dos projetos e são responsáveis por delimitar ações futuras por parte do empreendedor. Ali estão listados os principais impactos sociais e ambientais que incidirão sobre as comunidades, projetando, com efeito, medidas compensatórias para minimizar ou reverter em possibilidades de melhorias para as comunidades e para a região indiretamente impactada. Dessa forma, analisar o EIA/RIMA e identificar os principais erros, faz parte da estratégia de Ação Coletiva. Entretanto, este é apenas um exemplo dos diversos documentos que incorrem durante o processo, passíveis de entendimento por parte da comunidade.

Outra instância de projeção no processo de resistência se referem às audiências públicas, embora se configure como um espaço apenas consultivo, não deliberativo. Ainda sim, a presença e fala de membros da Igreja se tornam importantes, assim como na preparação para levar às comunidades para as audiências. Nos fragmentos abaixo, retirado de jornais da época, podem ser vistos alguns exemplos da participação de movimentos eclesiais nesses espaços.

[...] cada uma das entidades que defendem os interesses dos atingidos também tiveram 5 minutos para expressarem sua opinião. O primeiro a se apresentar foi o padre Claret, representando as CEBs da Arquidiocese de Mariana. Segundo ele, “este é um jogo de forças. Força do poder (empreendedor) e força do povo que vai começando a entender a importância da organização” (FOLHA DE PONTE NOVA², 2001, audiência pública em Miguel Rodrigues, Minas Gerais).

[...] o padre Claret discorda e frisa decisão do MAB: exigir dos órgãos ambientais que só autorizem o enchimento do lago com o fim de “muitas pendências” [...] Há ênfase para problemas na obra da Nova Soberbo (cuja vila original será inundada) e várias reivindicações dos atingidos, com dramas que incluem um desaparecimento e uma morte.

organizações populares do campo e esteve na origem do mais importante movimento social do Brasil nos últimos vinte anos: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)” (NETO, 2007, p.1).

² Os trechos de matérias de jornais contidas nesse trabalho é fruto de uma coleta de documentos junto ao Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (projeto de extensão ligado a Universidade Federal de Viçosa – UFV) e junto ao Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens. Salienta-se que por vezes só existiam os recortes dos jornais, não sendo possível, por consequência, realizar a inclusão completa nas referências bibliográficas.

Neste caso o arcebispo [Dom Luciano] apela para as “questões humanitárias e de direito” (FOLHA DE PONTE NOVA, 2003, audiência pública em Belo Horizonte, Minas Gerais).

Outro ponto de Ação Coletiva que compõe o repertório constitui no enfrentamento direto, não num sentido de violência, mas em suas mais variadas formas de embate com empreendedor, incluindo formas de enfrentamento que são simbólicas, tal como a utilização do teatro, da dança e da música de conteúdo crítico. Ou, tida como mais enérgicas aquelas formas de enfrentamento em que o número de pessoas participando faz toda diferença, a citar os acampamentos, as ocupações e as passeatas, por exemplo. Mais uma vez a presença de membros da Igreja Católica em trabalho conjunto com outros movimentos sociais tem feito diferença. Primeiro que, a experiência das organizações eclesiais de base é de suma importância para a mobilização do povo, incluindo ações e discursos baseados na bíblia, típico dos simpatizantes da Teologia da Libertação. Segundo, pois, a presença de líderes religiosos, em consonância com líderes locais é um fator essencial para a aglomeração de um grande contingente de pessoas necessário para a prática coletiva. Eis, a seguir, alguns exemplos destes tipos de mobilização levando em consideração que seria impossível listar todos.

O processo da marcha foi se fortalecendo a partir da necessidade de denunciar a situação que vivemos e o tratamento que recebemos das empresas construtoras de barragens. As mobilizações organizadas nas regiões em função do Dia Internacional de Luta contra as barragens – 14 de março, não foram suficientes para as empresas atenderem nossas reivindicações [...] (JORNAL MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2004, p. 2).

Manifestação reúne produtores na Alcan. O protesto é contra a construção de uma Usina Hidrelétrica de Fumaça na região de Diogo Vasconcelos e Fumaça. A empresa está sendo acusada de obrigar produtores rurais a negociarem as terras [...] (JORNAL PONTO FINAL, 2001, p. 1).

Mais de duzentas famílias da comunidade do distrito de Miguel Rodrigues invadiram na segunda feira 29, o canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Fumaça [...] A Invasão está sendo comandada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens com o apoio da Comissão Pastoral da Terra [...] (JORNAL PONTO FINAL, 2001, p.3).

Percebe-se que a escolha pela forma de enfrentamento obedece a fatores externos, mas ainda sim os grupos possuem uma maior autonomia sobre esse tipo de Ação Coletiva do que na forma anterior. Desde que tenha recursos disponíveis (incluindo, por vezes, recursos financeiros) e planejamento prévio estes tipos de ações são viáveis. São bem vindas, ademais, em datas especiais como datas religiosas ou em reuniões de órgãos ambientais, incluindo lugares públicos e movimentados, por exemplo, pois, para os movimentos sociais o ideal é atingir o máximo de visibilidade da sociedade no sentido de denunciar as injustiças que estão sofrendo. Nas figuras abaixo podem ser vistos imagens da Romaria da Água e da Terra que aconteceram em 2013 na cidade de Miradouro, Minas Gerais. A Romaria, organizada pela Diocese de Leopoldina e pela Comissão Pastoral da Terra é mais um exemplo de manifestação religiosa e popular que arrasta multidões de pessoas, sobretudo agricultores familiares devotos.



Romaria dos Trabalhadores, caminhada de fé

Fonte: Tribuna de Muriaé (2013).



Romaria dos trabalhadores, mística com jovens agricultores

Fonte: Tribuna de Muriaé (2013).

Por fim, destacamos os processos de resistência inerentes a Informação/educação. Este tipo de ação não tem por intenção a reunião de pessoas ‘físicas’ e de forma presencial, mas comumente pretende mudar opiniões de massa através da mídia e de oportunidades de educação, ou seja, tende a levar um tipo de “ideia” – que é expressão de um coletivo ou de uma instituição – para o maior número de pessoas fazendo com que estas possam compartilhar e compactuar informações comuns. Os veículos de disseminação são os mais diversos, entretanto, nos últimos anos temos uma predominância da *internet* em conjunto com a mídia televisiva. Ressalta-se que agricultores familiares e populações ribeirinhas, ainda mais na década de 90, não possuíam domínio sobre estes tipos de mídias, sendo que as notícias vinculadas, feitas com ajuda de outros atores sociais, se davam em informativos e jornais locais. Os movimentos eclesiais auxiliam de forma particular nesse tipo de estratégia, tendo em vista que usar o nome da Igreja ou a figura de um Padre ressalta emoções e atribuem valores simbólicos à informação. Para os casos que retratam mobilizações coletivas envolvendo a Arquidiocese de Mariana, destacamos as diversas entrevistas e depoimentos de sacerdotes e líderes das Comunidades Eclesiais de Base. E, de forma bastante peculiar, as mudanças de conteúdo do jornal oficial da Arquidiocese.

No trabalho de Oliveira, Pagnosa e Zangelmi (2011) foram abordadas diversas mudanças de conteúdo que aconteceram no jornal da Arquidiocese. Essas mudanças foram fruto, dentre outros motivos menores, da troca ocorrida na alta hierarquia da Igreja Católica e isso influenciou na frequência e no conteúdo das mensagens direcionadas aos atingidos vítimas dos conflitos com grandes empreendedores na região. As mudanças seguiram com os episódios já abordados em tópicos anteriores sobre a Estrutura de Oportunidade Política que se formou no final da década de 80. Assim, o “Arquidiocesano”, nome do jornal na época de Dom Oscar, não tinha em suas páginas matérias que permitiam a evidenciação de grupos progressistas que surgiam após a redemocratização do país. Em outras palavras, o periódico tinha como objetivo difundir assuntos religiosos, não políticos, a priori. Posteriormente, com a nomeação de Dom Luciano o informativo passou a se chamar “O Pastoral” e seu conteúdo se voltou para questões relacionadas ao combate das desigualdades sociais e incentivo de lutas populares coletivas, como podem ser vistas nos trechos abaixo.

O XII Encontro das Comunidades Eclesiais de Base da Arquidiocese de Mariana desponta como um grande marco da caminhada eclesial de nossa Arquidiocese. Lembro-me que os encontros anteriores aconteciam anualmente. Quem ficava sabendo? Como eram preparados? Quem participava? Sem dúvida que havia os responsáveis por eles. Tenho certeza que eram preparados com carinho e esmero. Mas, por uma série de fatores, atingia uma parte muito pequena da Arquidiocese. Mesmo por que a Arquidiocese como um todo não havia feito sua opção pelas CEBs. Nem por isso deixaram de cumprir seu papel. Aliás, há que se ressaltar que, se chegamos ao XII Encontro, é graças à resistência daqueles que acreditaram nas CEBs como uma realidade possível também para a arquidiocese de Mariana [...]

O chavão que “as CEBs são grupos políticos” já se tornou anacrônico. A desculpa é que a diocese de que Mariana tem muitos padres e por isso os leigos não precisam assumir ministérios se contradiz com o acúmulo de trabalho da parte de muitos párocos. O “Rosto da Igreja” que este encontro deverá nos fazer encontrar é o rosto do próprio Cristo identificado com os pobres e excluídos. A partir daí é só organizar as comunidades para ser seu espaço de luta, de reivindicação, de celebração da própria fé. É só deixar que com elas nasçam as

CEBs, o novo jeito da Igreja ser (Jornal “O Pastoral”, ano IV, Mariana, Julho de 1994 apud OLIVEIRA, PAGNOSSA e ZANGELMI, 2011, p.549).

As formas de resistências apresentadas ao longo deste tópico são apenas alguns exemplos das infinitas possibilidades que os grupos em prol da defesa de seus direitos se apropriam. Entretanto, cumpriu o objetivo que foi mostrar que o apoio de representantes de grupos eclesiais junto aos movimentos sociais e aos atingidos se tornaram importantes, quando não, essenciais para a conquista de algumas demandas, trazendo inclusive elementos místicos a luta. Para os casos de Ação Coletiva apontadas neste trabalho a fé, aliada a um quadro de injustiça social, são elementos importantíssimos para a reunião de sujeitos que de outra forma pouco provavelmente se juntariam em episódios de mobilização social. Nesse sentido a Igreja Católica como mediadora dos conflitos entre as comunidades atingidas e o empreendedor das barragens tem muito a oferecer aos movimentos sociais. Constitui-se numa instituição, que dentro de uma rede de resistência, se sobressai no que tange ao carisma empregado, ao longo da história, que independente da religião, se acredita em Deus ou não, imprime considerável respeito, inclusive sobre o Estado, estimado laico. Pode-se afirmar dessa forma, que de um modo geral, nos conflitos onde a Igreja Católica atua em favor das comunidades atingidas percebe-se vantagens em comparação a outras que não possuem o apoio desta instituição.

Parece-nos, ademais, que a atuação da Igreja Católica no meio rural e a simpatia ou adequação aos princípios da Teologia da Libertação são sinônimos. Esta Teologia por muitas vezes está no centro das discussões. Dentro da Igreja soa como motivo de dicotomias e desavenças entre sacerdotes e para as comunidades como motivo de união. É claro que, para as comunidades organizadas saber se tal Teologia está em consonância com os ideais Marxistas não faz o menor sentido. Em verdade, influenciados por líderes religiosos e comunitários, raramente escutaram esses termos. Mas, para a Igreja ser ou não adepto da Teologia da Libertação faz uma enorme diferença, tendo em vista todo o histórico de embates entre setores progressistas e conservadores. Assim, a mudança de um bispo conservador para outro alinhado com as propostas progressistas influenciou em muito no surgimento de movimentos de base na região da Zona da Mata Mineira.

O REPERTÓRIO DE RESISTÊNCIA EM CASA NOVA

Após apresentar de um modo geral o processo de resistência na Zona da Mata Mineira e de como este sofreu influência da Igreja Católica Progressista, cabe demonstrar o repertório específico de resistência da comunidade de Casa Nova juntamente com seus aliados.

O alerta

O Alerta não corresponde a um tipo de prática de ação coletiva específica, mas engloba um conjunto de esforços para reunir as comunidades ameaçadas, logo na fase de rumores sobre a construção do empreendimento. Os rumores que assolam uma comunidade ameaçada vêm de várias direções, em várias intensidades e por vezes, em tempos diferentes. Às vezes, o primeiro contato ou a primeira notícia vem do próprio empreendedor e só depois disso os esforços de mobilização acontecem. Nesse sentido as primeiras possibilidades de atuação giram em torno da educação-informação. Cabe destacar que no caso de Casa Nova nos referimos a meados da década de 90, onde o maior recurso para este tipo de ação é o “boca a boca”. Outro ponto que

vale ressaltar é que as primeiras comunicações em termos de mobilização dos atingidos partiram de membros ligados a Igreja – fato este já esperado, tendo em vista o histórico de resistência no Brasil contra barragens. No fragmento da ata de um grupo de assessores em 1995, resgatada neste estudo, dá uma ideia de como aconteciam estas reuniões:

[...] Frank explicou que ele foi procurado por Jadson, ex-aluno da UFV, filho do maior proprietário atingido pela barragem Pilar. Ele foi escolhido como secretário da Associação Comunitária de Casa Nova, Três Tiros e Região (ACMCTR), em processo de legalização. Ele informou que a Associação estava sendo organizada e iniciado um cadastramento de atingidos para poder negociar com o Fiat. Ele convidou para reunião dia 20/11 com a diretoria do ASPARPI e da ACMCTR. Frank e Claret assistiram a reunião. Padre Gilson também estava presente. Foi confirmada reunião para 28/11 na comunidade de Três Tiros. O presidente do ASPARPI, José Roberto, mencionou a presença em reunião do ASPARPI com Fiat em março de 1995, do Eng. José Mauro Osório de Paiva, representado Prof. Luciano Baião, chefe do DEA/UFV (Reunião com ASPARPI, Ponte Nova, 1995).

Percebe-se no trecho acima que os primeiros passos são a organização e esclarecimentos aos envolvidos. As primeiras redes de resistência foram formadas e as reuniões se dão no intuito de buscar ajudar exterior e planejar os próximos passos. Na época não havia na região o Movimento dos Atingidos por Barragens enquanto Movimento social organizado. Formou-se primeiro uma rede de resistência que posteriormente trouxe uma secretaria do movimento para a região. Podemos perceber que a forma de resistência no princípio era muito simples, basicamente pautadas em reuniões que tinham por escopo conscientizar e informar os atingidos sobre os perigos da construção da barragem. Nessa etapa, o objetivo não era negociar e sim frear a todo custo a construção do empreendimento.

Acampamentos

Os acampamentos é uma forma clássica de resistência adotada por diversos movimentos sociais, no campo e na cidade. O Movimento dos Atingidos por Barragens adotou este tipo de prática como uma das principais dentro do Repertório de Ação Coletiva, e seu objetivo final, por sua vez, culmina em ocupar um canteiro de obras – paralisando os trabalhos do empreendedor – ou apenas dar notoriedade a um caso, já que é um ato que chama demasiada atenção. De fato a complexidade do ato político em torno dos acampamentos está além de qualquer poder de descrição. Os acampamentos ao mesmo tempo em que pode ser um lugar de confronto físico com seguranças contratados pela empresa é também um lugar místico (incluindo celebração de missa), de educação popular, de trabalho comunitário, de planejamento para as próximas ações, de brincadeiras para as crianças, de brigas internas, enfim, um amontoado de relações sociais complexamente imbricadas.

O caso de Casa Nova, por exemplo, foi marcado por essas práticas e sua importância para o freamento dos projetos hidrelétricos ao longo do Rio Piranga é notório. Entretanto, a primeira ocupação se deu no ano de 2003, quando já havia uma primeira vitória da comunidade em 1998 com indeferimento do Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica Pilar. Logo no início de 2003 moradores avistaram técnicos realizando mensurações e instalando estacas às margens do Rio Piranga. De forma relativamente espontânea, isto é, sem o apoio de mediadores externos, os agricultores realizaram uma ocupação que durou apenas três dias, mas que foi importante para mobilizações futuras (DELEPOSTES e MAGNO, 2013).

Posteriormente, de julho a setembro, aconteceu a segunda ocupação da comunidade de Casa Nova e comunidades vizinhas contra a Usina Hidrelétrica de Jurumirin, assim como descreve Delepostes e Magno (2013) ao analisar a cronologia de ocupação através do resgate de e-mails entre o MAB, PACAB e CPT. Em agosto de 2003 um grupo de assessores chegou em Casa Nova e foram informados sobre a presença de máquinas e técnicos que tinham por intenção realizar sondagens em rochas ao longo do rio. Com o objetivo de impedir os estudos, em torno de cem pessoas das localidades de Ribeiro, Casa Nova e Três Rios ocuparam o local. Inicialmente, durante a ocupação ocorreram manifestações contra a construção da barragem e ocorreu o cancelamento dos estudos previstos na ocasião. Um dia depois mais técnicos da Alcan chegaram no local com caminhões carregados de máquinas e escoltados pela Polícia Militar de Guaraciaba. A sugestão era de que os atingidos montassem uma comissão para expor os motivos da ocupação. Apesar de a sugestão ter sido acatada os atingidos permaneceram no local. Foi então travada uma luta judicial para que houvesse a desocupação do local. Embora a empresa tenha entrado com uma liminar para a desocupação a comunidade contou com a assessoria do Nacab. Depois de várias lutas jurídicas e ameaças de prisão dos manifestantes, no fim, a empresa teve que recolher todo o maquinário de sondagem e ir embora.

A terceira ocupação começou em maio de 2007 e ficou conhecido como “Acampamento Rio Novo”. Mais uma vez se projetava a construção do projeto da Usina Hidrelétrica Jurumirim que anteriormente tinha como empreendedor a Alcan, agora, sob a administração da Novelis. Na ocasião mais de 100 pessoas participaram da manifestação, incluindo jovens, idosos e crianças. No dia 26 de junho a Prefeitura Municipal de Guaraciaba abriu uma estrada sob forte protesto que dava acesso ao acampamento Rio Novo. Embora, expressiva pressão dos atingidos, após três dias ocorreram a desocupação das famílias locais onde estavam acampadas. A luta passou então para o campo-técnico científico com a vitória mais uma vez da comunidade e seus assessores.

Grupos de base

Os Grupos de Base do Movimento dos Atingidos por Barragens tem sido uma das maiores estratégias de resistência do Movimento e é, com efeito, uma prática incentivada em todos os pontos do conflito, desde os rumores da construção das barragens até o período de reivindicação de condicionantes não cumpridas. O MAB utiliza-se dos grupos de base como o principal fomentador e alimentador de suas ações, através da formação, do recrutamento de militantes e de ações impendentes que dão força ao movimento nacional. Basicamente os grupos de base do MAB funcionam inspirados nos grupos de reflexão das Comunidades Eclesiais de Base. A ideia consiste na realização de reuniões mensais em cada comunidade, tendo em vista que o termo comunidades neste contexto tem o sentido de localidades onde os moradores possuem laços estreitos de vizinhança, quase sempre demarcados por relações que também são paroquiais, ou seja, de como são divididas as comunidades dentro de instâncias locais da Igreja Católica. Na prática os Grupos de Base possui coordenação local que por vezes é também um líder comunitário em outras instâncias e estes coordenadores conduzem as reuniões baseados em cartilhas e orientações advindas do MAB nacional.

No momento da coleta de dados em Casa Nova não se tinha mais relatos do funcionamento dos Grupos de Bases, até porque o conflito entre a comunidade e empreendedores já haviam acabado. Contudo, nos relatos foi possível perceber a importância deste tipo de ação.

É... nois ia pros grupos e lá nois aprendia muita coisa né? Era muito bom, sabe? Mas hoje acabou, a turma desanimou. Deve ser porque tem muito tempo que não se ouve esse negócio de barragem né? Ah porque antes era direto. Os homem da barragem de lá e nois dos grupo de cá. Tinha vários grupo aqui por perto (CAT, moradora da comunidade de Casa Nova).

Minha mãe que participava. Ela gostava né? Mas dai depois eu não sei como ficou. De vez em quando o pessoal do MAB vem aí, mas o grupo mesmo eu acho que parou (ME, moradora da comunidade de Casa Nova).

Aqui nois reúne na comunidade as segundas feiras. Mas em cada localidade é num dia. É nois que estabelece. Vou dar um exemplo, lá no Valão é dia de quinta e assim vai. O grupo daqui é pequeno, mas nois vai. É um passatempo aqui pra nois... (AC, morador da comunidade de Casa Nova).

Quando entrei o grupo aqui já funcionava. Lá é bom que eles ensina as condições do povo pobre. Cada encontro é uma lição. Nois reflete bem e depois nois conversa. Todo mundo fala. Quer dizer, tem gente que não gosta muito né? (DSS, morador da comunidade de Casa Nova).

Tem dois encontros que não posso ir. Mas quando dá nois vai. Quer dizer, aqui é mais eu que vou. No grupo tem mais e mulher. Os homi daqui é meio parado, eu acho que é em todo lugar (risos)! (MAD, moradora da comunidade de Casa Nova).

Contra EIA/RIMAS

Os contra EIA/RIMAS – como já abordado em tópicos anteriores – eram um dos principais artifícios do Movimento contra a construção das barragens. Digamos que, não da resistência enquanto movimento social, mas da rede de atores que se formaram em torno da defesa dos atingidos. Nesse sentido destacamos que nem todos os casos de atingidos por barragens possuem assistência para utilizar dessa prática de contraposição, pois em determinadas localidades as empresas “enfiam goela a baixo” qualquer tipo de estudo e sob qualquer condição. A tendência, portanto, é a de se fazer os estudos – via de regra, confeccionado por empresas terceirizadas – do modo mais barato possível, o que tem trazido (e escondido) impactos e condicionantes a serem realizados pelos responsáveis pelo projeto.

O “Parecer Técnico UHE Pilar – Audiência pública 08/05/1998 Guaraciaba-MG” - confeccionado por três professores (sociólogo, antropólogo e engenheiro civil) da Universidade Federal de Viçosa visava apontar falhas nos estudos técnicos do consórcio FIAT/ALCAN.

Procura-se aqui dar destaque às questões já levantadas anteriormente em nossos pareceres técnicos protocolados na FEAM após a audiência pública realizada em Ponte Nova, no dia 16/05/97, as quais parecem-nos ainda insuficientemente respondidas, abordadas ou justificadas nos estudos apresentados (Parecer técnico UHE Pilar, 1998, p. 1).

Ressalta-se que estes tipos de relatórios são uma demanda da própria comunidade atingida, entendendo que os movimentos sociais, sobretudo, pós década de 90 estão fortemente instrumentalizados, isto é, a luta se faz em todas as esferas, incluindo na técnica/jurídica. Da mesma forma os pareceres técnicos só podem ser construídos em convergência com ações e percepções dos atingidos em campo, verificado no exemplo abaixo:

O presidente da ACMP tem se manifestado publicamente diversas vezes, em reuniões e entrevistas a imprensa, que ele e os associados da ACMAP estão contra o projeto de construção da UHE Pilar como todo e, em particular, contra o reassentamento das famílias diretamente atingidas. Comentou, também, que ele e outros atingidos sentiram-se ofendidos pelo título da proposta – “remanejamento da população afetada” – uma vez que a palavra “remajamento” e usada na região para referir apenas ao deslocamento de gado e não as pessoas (Parecer técnico UHE Pilar, 1998, p. 3).

Atuação nas audiências públicas

As audiências públicas é um espaço clássico de disputas políticas, embora haja um consenso entre os críticos de que configura um espaço pouco participativo e profundamente expositivo. Dentro dos contextos de conflitos socioambientais, sobretudo nos conflitos que envolvem os grandes projetos hidrelétricos, as audiências públicas tem sido um dos maiores demonstrativos de assimetrias de poder. No geral, os empreendedores tem que cumprir um conjunto de rituais necessários para a aquisição das Licenças necessárias tentando completar a implementação dos projetos hidrelétricos e nesse sentido a audiência pública faz parte desse conjunto de rituais. Às comunidades cabem o comparecimento e o questionamento do teor informativo dentro destes espaços que a princípio seriam “espaços de participação”. Contudo, o conteúdo extremamente técnico traz dificuldade de entendimento por parte dos atingidos. Outro fator a ser destacado é que a atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens e de seus assessores nas audiências públicas é temporalmente limitados, isto é, o Movimento tem que se adequar as datas das audiências, que ocorrem, na maioria das vezes entre o final do período de rumores até a fase de construção do empreendimento. A foto abaixo demonstra uma audiência pública da UHE Pilar, lotada com a presença dos atingidos.



Documento que reproduz uma das fotos de uma audiência pública, 1997

Fonte: Arquivo do Pacab (2016).

A pressão em torno da quantidade de atingidos presentes em posição de insatisfação é um fator importante e traz a noção de coletividade e união das comunidades, evocando o sentido de “a força dos trabalhadores”. O segundo passo que direciona as ações de resistência consiste nas falas projetadas, destacando três tipos de discursos e “de quem os faz” neste estudo: a) o primeiro se refere aos assessores técnicos que estão em defesa das comunidades. Por vezes este é o momento de se apresentar os “contra EIA/RIMA”, outra prática adotada dentro do Repertório de Ação Coletiva, retratado anteriormente; b) o segundo se refere a membros ligados a Igreja Católica, sobretudo na presença dos padres, que levam até estes espaços um posicionamento de peso na defesa dos atingidos, tendo em vista a representatividade da instituição mesmo perante às empresas multinacionais; c) e por fim, o depoimento dos próprios atingidos que trazem elementos importantes daqueles que diretamente sofrem os impactos negativo do projeto e são – com a ajuda de assessores externos – os principais questionadores da implementação dos projetos. Na reportagem abaixo pode ser visto uma matéria que demonstra a efetividade dos depoimentos e a pressão dos atingidos nas audiências públicas.

27 de novembro de 1997
Quinta-feira

GERAIS/URBANISMO

Pressão adia licença para usi

► Autorização para hidrelétrica no rio Piranga esbarra em exigências ambientais e Fiat ameaça desist

MARILENA TAVIRIS

A manifestação de 120 pessoas contrárias à implantação da usina hidrelétrica Pilar, no rio Piranga, próximo a Ponte Nova, empreendimento consorciado entre a Fiat e a Alcan, conseguiu adiar a votação da licença prévia ambiental por mais 120 dias. A licença prévia é o primeiro passo para a viabilização da obra. Até a licença de operação, quando a hidrelétrica estaria gerando 170 megawatts de energia.

Os manifestantes chegaram em três ônibus na sede da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Fepam), onde foi realizada a reunião da Câmara de Bacias Hidrográficas do Conselho de Política Ambiental (Copam). Alincaram no passeio e espalharam faixas de protesto em frente ao prédio, na Av. Prudente de Moraes.

Durante a reunião, conseguiram dos conselheiros aprovação para a

realização de uma nova audiência pública e dos representantes da Fiat em reanunciar a possibilidade de retirada do projeto do processo de licenciamento. A Fepam foi favorável à licença prévia, desde que fossem atendidas 43 condicionantes. "Só esse volume de condicionantes e a natureza das mudanças que teriam que ser feitas no projeto significam a sua inviabilidade", ataca o professor da Universidade Federal de Viçosa e assessor das entidades contrárias à usina hidrelétrica, Rafael Kepschitz.

Para o gerente de Divisão de Controle de Atividades Agropecuárias e Florestais da Fepam, Moral Queiroz da Costa Ribeiro, há como compatibilizar as exigências, embora existam dois grandes problemas. O projeto prevê flutuações no nível do rio Piranga de até 1,87 metros, para garantir o sucesso de fornecimento de energia no horário de pico, de 16 às 20h. Isso, assegura Moral, seria um risco para a segurança da

população ribeirinha, com possibilidade de afogamentos.

Outro problema é o trecho de 22 km entre a barragem e a casa de força. Com o desvio do rio, nesse trecho o leito ficaria com uma vazão de apenas 5 metros cúbicos por segundo, afetando garimpo, desvalorizando propriedades e prejudicando um clube local. Para obter a licença prévia, o consórcio Fiat/Alcan terá que apresentar soluções para estes problemas, garante o gerente, e isso implicará na geração de energia em horário constante, sem atender somente à ponta.

Para o presidente da Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Piranga (Asparpi), José Roberto Fontes Castro, o projeto não apresenta uma solução aceitável para os peixes. Já Teruzinha Clemente da Silva, como todas as 133 famílias a serem atingidas pela barragem, em 1.200 hectares, quer terra por terra, com todas as benfeitorias, e não indenização em dinheiro, como foi proposto.



A REUNIÃO do Copam mobilizou as comunidades atingidas pela usina na região

Ruído do fábrica

Audiência Pública, Pilar I, 1997

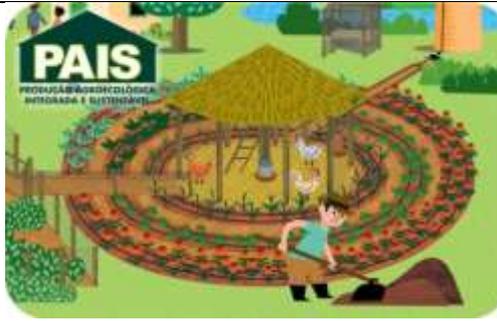
Fonte: Arquivo Pacab (2016).

Informativos, boletins e cartilhas

A construção e propagação de um veículo comunicativo retêm um conjunto de ideologias e são, com efeito, fruto das orientações políticas daqueles que os projetam. Os movimentos sociais tendem a conceber que estes veículos estão do lado das elites e dos grandes projetos econômicos. Dessa forma, a confecção de instrumentos onde se possam tratar questões de aflição das minorias é de suma importância e tem sido uma prática profícua dentro do Repertório de Ação Coletiva. Em outras palavras a divulgação dos impactos sofridos pelos atingidos é inviável nos grandes meios de comunicação, cabendo ao movimento disseminar suas próprias mensagens. Durante o passar dos anos são diversas as formas como isso tem acontecido. No início, através de jornais do próprio movimento, de exemplares da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre outros. Nos últimos anos, entretanto, a divulgação em massa através da *internet* está cada vez mais acessível a todos. Em verdade, os atingidos, locados em suas propriedades rurais, não possuem capacidades de conduzir tais instrumentos, sendo estes, realizados por membros ligados a Igreja e por assessores. Estas práticas possuem duas funções principais: o de criar comunicados internos e aqueles que se propõe a divulgação do processo de resistência para a sociedade.

LINHA DO TEMPO

<p>Uma das primeiras reuniões conduzidas pelo então presidente da associação de atingidos na comunidade de Casa Nova logo que souberam das atividades da empresa na região.</p>	<p>1995</p>	
	<p>1996</p>	<p>A comunidade se mobiliza para participar de uma audiência pública com o empreendedor e órgãos do estado.</p>
<p>Jornais reproduzem etapas do conflito entre a comunidade de Casa Nova e empreendedores.</p>	<p>1997</p>	
	<p>1999</p>	<p>Comunidade em conjunto com membros da Igreja Católica se organizando para mais uma intervenção contra a construção da barragem.</p>
<p>Diante um novo projeto denominado UHE Jurumirim a comunidade de Casa Nova em conjunto com o Movimento dos Atingidos por barragens ocupou o canteiro de obras que ficou conhecido como “ocupação dos 43 dias”.</p>	<p>2003</p>	
	<p>2007/2008</p>	<p>Em 2007 a Empresa retorna ao local para realizar novos estudos para a construção de barragens nas proximidades de Casa Nova. Em contraposição a comunidade se mobilizou mais uma vez em conjunto com mediadores externos em uma ocupação que durou 33 dias. Posteriormente no ano de 2008 a Empresa – agora com o nome de Novelis - apresentou junto aos órgãos ambientais novos estudos e relatório de impacto ambiental de três projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) sendo esta a última investida da empresa até</p>

		então.
<p>Já sem o perigo da instalação de barragens a comunidade prospera e são feitos em conjunto com o Movimento dos Atingidos por Barragens as Hortas de Mandala (“Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS”): símbolo de resistência e luta.</p>	2010	

Aspectos legais do acesso e controle da terra, conflitos, outros atores

A permanência e, por consequência, o acesso a terra envolvendo atingidos por barragens no Brasil não possui aspectos legais específicos, tal como acontece em outras tipologias de conflitos. Por outro lado, a ameaça do deslocamento compulsório de inúmeras famílias possui referência no Plano Nacional de Energia (2030) elaborado pelo Governo Federal. Conduzido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) o trabalho tem como objetivo a elaboração de uma estratégia de expansão da oferta de energia elétrica no país que, a priori, pretende em sua capacidade máxima passar de quase 80.000 mw para mais de 120.000 mw de 2018 até 2027.

Nas diretrizes de política energética há de se considerar as seguintes premissas³ que possuem efeito direto no processo de resistência contras as barragens até 2030:

- Indicação de uma expansão uniforme (cujo montante foi otimizado pelo MDI) de oferta eólica entre as regiões Nordeste e Sul a partir de 2023, limitada a 2.000 MW/ano, sendo 80% alocado no Nordeste e 20% na região Sul;
- Indicação de expansão uniforme (cujo montante foi otimizado pelo MDI) fotovoltaica de no mínimo 1.000 MW/ano e no máximo de 2.000 MW/ano, a partir de 2023;
- Indicação de uma expansão com limite superior crescente para PCH da seguinte forma: 350 MW/ano em 2023 e 2024; 450 MW/ano entre 2025 e 2027; 600 MW/ano para a expansão após o horizonte decenal;
- Indicação de uma expansão uniforme (cujo montante foi otimizado pelo MDI) de oferta de biomassa de bagaço de cana (CVU nulo) a partir de 2023 limitada a no mínimo 450 MW/ano e no máximo 500 MW/ano, respeitando assim o potencial apresentado no Capítulo de Oferta de Biocombustíveis.
- Indicação de uma expansão uniforme (cujo montante foi otimizado pelo MDI) de usinas termelétricas a biomassa florestal limitada a no mínimo 50 MW/ano e no máximo 100 MW/ano, a partir de 2024, em consonância com o crescimento proporcional da oferta de matéria prima baseada em planos de manejo florestal;

³ Retirado de <<http://epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/plano-decenal-de-expansao-de-energia-2027>>.

- f) Indicação de uma expansão uniforme (cujo montante foi otimizado pelo MDI) de oferta de biogás a partir de 2023 limitada a, no máximo, 30 MW/ano, explicitando assim a participação dessas fontes na matriz de geração centralizada. Para fins de execução no MDI foi considerada a utilização de resíduos do setor sucroalcooleiro;

No que concerne a matriz energética no país atualmente mais de 70% da energia produzida no Brasil é feita pela produção das hidrelétricas e, ainda sim, para as projeções do Governo Federal até 2030 a produção deverá continuar predominantemente sendo ofertada através das hidrelétricas. Ademais, segundo as projeções do Plano Nacional de Energia a expansão do potencial hidráulico na Amazônia é essencial para oferta de energia elétrica no país, coadunando dessa forma com um projeto de desenvolvimento explorador e desigual visto ao longo de todo o tempo na história deste país.

Avanços na gestão da terra e/ou território e expectativas econômicas, culturais, sociais

A forma de se pensar os avanços na gestão da terra do caso de Casa Nova se dá pela manutenção dos seus modos de reprodução socioeconômica. Ou seja, não se configura em uma nova forma de gestão em si, mas no fortalecimento dos laços de outrora. Não obstante, no que se refere ao processo de cooperação e a criação de novos laços de sociabilidade entre os membros da comunidade encontramos grandes transformações.

A instauração de um conflito com a chegada de um projeto hidrelétrico é um evento que modifica rotinas dentro de uma comunidade rural. O ambiente de outrora é tomado por incertezas e por ter que lidar com situações nunca antes pensadas. Contudo, esta mudança de rotina se aguça quando os atingidos optam por se organizar em redes associativas de resistência. Os finais de tarde que antes eram tomados pelo descanso, agora dão lugar as reuniões; as vezes é preciso deixar a casa e entrar dentro de uma lona de acampamento; a ida a cidade que antes era apenas para resolver assuntos corriqueiros se torna mais frequente; dentre outras pequenas mudanças que ocorrem. A estas mudanças damos o nome de rotinas coletivas.

As rotinas coletivas consistem na entrada de sujeitos em uma rede de relações onde todas as práticas se darão em nome de um grupo que possui identidade mais ou menos comum. Isso permite entender como que estes atores passam da categoria de agricultores, ribeirinhos, trabalhadores rurais, etc., para categoria de atingidos. Este papel de atingido será exercido em tempo parcial dentro de uma vida pública que está em concomitância com o fortalecimento das estruturas de mobilizações formadas. A vida privada continua e em tempos em que o conflito esteja latente ela “toma as rédeas”. Em algumas falas é possível perceber evidências sobre a entrada dos agricultores em rotinas coletivas.

Olá, ai era reunião atrás de reunião. Meu marido nem gostava muito, porque eu saia pra reunião e ficava uns três dias no encontro do MAB. Aí ele se virava pra lá, comigo mesmo não queria ir (AM, moradora da comunidade de Casa Nova)

A gente que é liderança o MAB muda muito a gente. Tem que dar testemunho, tem muitas reuniões e aqui eu estou na frente do Grupo nosso. Aquele grupo que te falei. Eu já coloco minha sobrinha pra participar também. No Grupo é ela que escreve as atas sabe? Tipo uma relatoria... sabe como é? E quando vou nas reuniões levo ela também, ano passado mesmo nois foi. Foi bom, eu gosto (CA, morador da comunidade de Casa Nova)

Naquela época dos acampamentos nós não fazia comida em casa não. Todo mundo comia lá... juntava as mué tudo e fazia a comida (CAT, moradora da comunidade de Casa Nova)

Por esse lado foi até bom. Porque a comunidade era meio parada. Os que estão do lado de cá se uniu. Acho que os de lá também. Mas briga ainda tem. Isso sempre vai ter... (SAF, morador da comunidade de Casa Nova)

Contudo, o fato é que nos últimos anos após a desistência das investidas do empreendedor aconteceu uma desmobilização da comunidade de Casa Nova, que na ausência do conflito direto com o empreendedor houve uma acomodação no que se refere ao projeto de resistência. “Processos de mobilização por movimentos sociais de resistência não são lineares. As ações do adversário provocam reações e mobilização, enquanto a ausência de ações do adversário tende a contribuir para desmobilização, a não ser que o mesmo tome medidas para evitar esse processo” (DELEPOSTE e MAGNO, 2013, p.279).

Embora não haja mais um processo de resistência na comunidade foi possível verificar algumas heranças da estrutura de mobilização que se formou. Uma delas se refere às Hortas de Mandala, as quais ainda são possíveis encontrar em algumas propriedades. Estas hortas estão dentro do conjunto de práticas do MAB que além de ser uma tentativa de geração de renda para as comunidades é também uma ação contra o modelo de desenvolvimento econômico que predomina, sobretudo, no que se refere ao não uso de agrotóxicos. A outra se refere as festas que relembram as lutas da comunidade. Apesar de não ter acontecido em 2015 a comemoração pretendia de três em três anos reascender o projeto de resistência da comunidade. “Em agosto de 2009, se reforçou a memória coletiva contra as barragens, representada por meio de uma grande festa, de dois dias, em comemoração aos 15 anos das lutas de resistência em Casa Nova. E nos próximos anos, para o povo de Casa Nova, a luta continua” (DELEPOSTE e MAGNO, 2013, p. 278).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, José Flávio Morais. História e geografia do município de Guaraciaba – MG. In: **I encontro de pesquisadores da história da Zona da Mata Mineira**, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2010.

DELESPOSTE, Aline Guizardi; MAGNO, Lucas. “Ocupar de novo para defender o que é nosso”: a histórica resistência às barragens da comunidade rural Casa Nova, Guaraciaba-MG. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 2, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, v. 25, 1959. MEDEIROS, José César de. **Juventude e modernidade em Casa Nova**: reflexões a propósito de um projeto de barragem em Minas Gerais. 141f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2002.

NETO, Antonio Julio Menezes. A Igreja Católica e os movimentos sociais do campo: a teologia da libertação e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 50, 2007.

OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa, PAGNOSSA, Tadeu Pamplona, ZANGELMI, Arnaldo José. Os processos de transformações na Arquidiocese de Mariana: uma análise dos jornais “O Arquidiocesano” e “O Pastoral”. **Revista de Humanidades**, v.11, Rio Grande do Norte, 2011.

SILVEIRA, Diego Omar da; OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa; FERREIRA, Rodrigo Souza. In nomine Jesu: Entrevista com Dom Luciano Mendes de Almeida. **Revista eletrônica Cadernos de História**, Ouro Preto, v.1, n. 2, 2006.

TRIBUNA DE MURIAÉ. Romaria dos Trabalhadores. 2013. Disponível em <http://tribunademuriae.com.br/site/2013/07/21/romaria-das-aguas-e-da-terra-aconteceu-em-miradouro-e-foi-acompanhada-por-romeiros-de-todo-o-estado-de-minas-gerais/>>. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

Créditos

Comunidade de Casa Nova

Sistematización realizada por Bruno Costa Fonseca

Fotografías de...